

# Ulysses já se entende com Centrão

## Tetrapresidente conversa com Cardoso Alves e afasta impasses



No plenário, Amaral Netto e Mário Covas negociam em clima de bom humor

### Jáder acha que retrocesso vem pelos radicais

Belém — "Não podemos repetir 68. Os democratas não podem permitir o retrocesso. Enquanto os radicais de esquerda tumultuam, os radicais de direita estão aí prontos para fechar (o regime). Quem quiser fazer uma luta de classe que o faça, mas não com a minha colaboração à frente do Mirad".

A declaração foi um dos trechos do discurso do ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Jáder Barbalho, no encerramento do I Simpósio Nacional sobre Política de Desenvolvimento Florestal, realizado em Belém.

Jáder advertiu que o Governo não vai realizar a reforma agrária mediante a desarticulação da produção e acusou tanto radicais de direita como de esquerda que querem tumultuar o processo "porque enquanto os primeiros afirmam que se está criando favelas no campo, os segundos, com sua ação enlouquecida de

promoção de invasões, foram os criadores da entidade que mais combatem hoje, a União Democrática Ruralista (UDR)".

"O Plano Nacional de Reforma Agrária não é contra a propriedade. Pelo contrário, quer fazer mais proprietários. Se hoje são poucos, amanhã serão milhões e a instituição da propriedade estará mais garantida", disse o ministro acrescentando que com a revogação do Decreto-lei 1.164 só na Amazônia passaram para controle dos Estados mais de 102 milhões de hectares de terras devolutas e o Governo precisa apenas de 30 milhões para cumprir a meta de assentar 1 milhão de famílias de Sem-Terra.

O ministro Jáder Barbalho falou do estatuto da terra que só admite a desapropriação com função social e com a garantia da preservação dos recursos naturais.

### PTB adere às eleições gerais

Em reunião realizada ontem em Brasília, o presidente do partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Paiva Muniz, e o líder do partido na Assembleia Nacional Constituinte, deputado Gastone Righi (PTB-SP), anunciaram seu apoio às emendas dos deputados Joaquim Bevilacqua, Dirceu Tutu Quadros (PTB-SP), que prezoizam a realização de eleições gerais, em todos os níveis junto com a escolha do novo Presidente

da República.

A emenda da deputada Dirceu Tutu Quadros estipula a realização das eleições em 1968 e a do deputado Joaquim Bevilacqua obriga a realização no ano em que for determinada a escolha do sucessor do presidente José Sarney.

A seleção das propostas e dos pontos básicos que a bancada do PTB vai defender em plenário ficou adiantada para a próxima segunda-feira.

### Sudene leva governadores ao protesto

Recife — Apesar do tom conciliatório do discurso de posse do novo superintendente da Sudene, geólogo Paulo Souto, os governadores Miguel Arraes e Waldir Pires não participaram hoje da reunião do seu Conselho Deliberativo, para marcar uma posição de protesto à forma como o Presidente da República o indicou para o cargo.

Tanto na solenidade de transmissão de cargo como na visita protocolar que fez ao governador de Pernambuco, Paulo Souto evitou quaisquer declarações que pudessem ser interpretadas como "afrenta" aos governadores do PMDB, pelo fato de dever sua indicação ao ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que é do PFL.

Mesmo assim, tanto o governador Miguel Arraes como o vice Carlos Wilson se ausentaram de Pernambuco para não prestigiar a reunião da Sudene.

O governador da Bahia, Waldir Pires, confirmou em Salvador que não participará da reunião para marcar sua posição de inconformismo à nomeação do geólogo Paulo Souto, aliado político do seu arqui-inimigo na política baiana, Antônio Carlos Magalhães. Com exceção dos governadores Epitácio Cafeteira (MA) e Tarcísio Burty (PB), que estão viajando, a Sudene confirma a presença de todos os outros governadores da região na reunião que começa às 9 horas.

### Quércia diz que é cedo para sucessão

São Paulo — Ao contrário do governador do Rio, Moreira Franco, o governador paulista, Orestes Quércia, não acha que a campanha sucessória presidencial tenha que necessariamente ser desencadeada por São Paulo. Segundo Quércia, ela deve passar por todos os Estados, mas somente depois de definidas as normas pela Constituinte.

— Acho que todos os Estados têm de partir para a campanha quando a Constituinte estabelecer todas as normas.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, admitiu ontem que algumas das mudanças que o Centrão pretende fazer no texto da Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização contará com o apoio de setores da esquerda. Ele disse isso ao deputado Roberto Cardoso Alves, líder do grupo, com o qual arrematará na segunda-feira, durante jantar a dois, um acordo capaz de permitir a votação das alterações do Regimento Interno.

Ulysses queixou-se também a Roberto Cardoso Alves de que pediu ao pessoal do Centrão, durante encontro na terça-feira no qual este não estava presente que lhe desse uma minuta dos pontos que o grupo desejava fazer no Cabral III. Mas até agora nada recebeu. O deputado prometeu entregar tudo no jantar de segunda. Mas de antemão relacionou alguns pontos, como estabilidade, licença de 120 dias para gestante, hora extra paga em dobro e monopólio para a distribuição dos derivados de petróleo, ouvindo que parte da

esquerda concorda com as mudanças.

Roberto Cardoso Alves também anunciou que o Centrão não abre mão de exigir 280 votos positivos para as matérias serem inseridas na Constituição. Se transgirmos, perderemos nossa autoridade — justificou. Mas acha também que se alguns pontos fizerem um "buraco negro", como vem advertindo há dias o senador Fernando Henrique Cardoso, "bendito buraco, porque não será imposto por 47 e gerará a força para composição".

O chamado "buraco negro" viria da divergência de opinião entre as forças sobre alguns pontos do Cabral III. O sistema de governo, por exemplo, se não houvessem 280 votos para o parlamentarismo nem para o presidencialismo, o País na prática, estaria sem uma definição. Mas Cardoso Alves assegura que neste caso o acordo surgiria.

O Centrão também prefere reservar o processo de negociação para o presidente Ulysses Guimarães,

bem como as articulações, porque acha que se aceitasse Mauro Benevides estaria abrindo caminho para surpresas contra o grupo. Na verdade, ele é ulyssista demais, comentou o líder centrista, ruim de Regimento mas bom de turbilo.

O movimento também informou ontem ao presidente da Constituinte que não aceitará negociações com os senadores Marco Maciel e José Richa, nem com o deputado Francisco Dornelles que, na opinião dos grupos, andam querendo tocar projetos pessoais a nível nacional usando companheiros usando escada. Tragam o Lula, o pessoal do MUP; as esquerdas, comentou Roberto Cardoso Alves, mas não queremos gente que não se sabe nunca o que está pensando.

Roberto Cardoso Alves contou também que o presidente Ulysses lhe fez um apelo para o entendimento, porque precisa votar a nova Constituição e recebeu dele o compromisso de trabalhar para isso, pois reconhece que a radicalização não ajudará o processo político.

## Adiamento requer muita conversa

O adiamento da votação do projeto de alteração regimental foi uma vitória do bom-senso. Quem afirma é o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado que esteve no centro das intensas negociações desenvolvidas entre a tarde de quarta-feira e a manhã de ontem em torno da proposta do Centrão.

O diálogo em busca de um acordo começou no gabinete do deputado Ulysses Guimarães, no meio da tarde de ontem, durante reunião entre os deputados Afif Domingos e Carlos Sant'Anna, do Centrão, e os senadores Mário Covas e Fernando Henrique, representando os progressistas. O encontro foi provocado por Afif, que tomou a iniciativa de propor um entendimento na seguinte base: o projeto constitucional seria votado por capítulos, os requerimentos de preferência seriam que vir assinados por 1/3 dos constituintes e aprovados por maioria simples, enquanto a aprovação de destaque exigiria o apoio de maioria absoluta.

Porque o grupo mais à direita do Centrão (Roberto Cardoso Alves, Gastone Righi, Amaral Netto e outros) ficou pé na determinação de votar o projeto original sem qualquer alteração. Eles acreditavam naquela altura, que teriam maioria para aprovar a proposta.

No início da noite de quarta-feira quando os centristas foram percebendo que não contavam com os 280 votos necessários, veio o pedido de adiamento da votação para ontem. Em nome dos progressistas, o senador Fernando Henrique Cardoso também endossou a idéia, que terminou sendo posta em prática.

Mas as negociações não terminaram com o primeiro adiamento. Na própria noite de quarta-feira, o líder do PMDB no Senado foi ao gabinete do deputado Carlos Sant'Anna, onde já estavam concentrados os principais chefes do Centrão. Foi de lá que Cardoso telefonou para o senador Mauro Benevides, presidente em exercício da Constituinte, pedindo que atrasasse o início da sessão de ontem para as 11 horas, de forma a dar mais tempo para as negociações, além do que o próprio Benevides precisaria alterar o seu substitutivo com base no acordo.

As 9 horas de ontem, Fernando Henrique chegou à sala do líder Mário Covas para tentar derrubar suas últimas resistências ao entendimento, nos termos propostos pelo deputado

Afif Domingos. Quando foi ao gabinete do deputado Carlos Sant'Anna, uma hora depois, já com a resposta positiva de Covas, foi informado de que a sessão não só já fora aberta (ao contrário do que ficara combinado no dia anterior) como o líder do Governo assumira o microfone para manifestar sua incredulidade diante do "golpe" que, segundo outros centristas, teria sido desferido pelo senador paulista. Aquela altura, o acordo estava inviabilizado.

Foi somente no final da manhã, quando se convenceram que não teriam maioria absoluta para aprovar o seu projeto e diante da ameaça dos progressistas de saírem do plenário para negar quorum, que os líderes centristas optaram pelo adiamento. A previsão, agora, é de que as negociações sejam retomadas em busca de novo acordo até a próxima quarta-feira.

Segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, que conversou com o multipresidente Ulysses Guimarães depois da sessão, a sua reação ao adiamento foi boa, na medida em que possibilitará novas tentativas de entendimento. Ulysses entende que a Constituição não deve ser aprovada na base da radicalização política. Sua única restrição foi contra a protelação por mais uma semana dos prazos da Constituinte, o que praticamente inviabiliza a sua determinação de que a nova Carta seja promulgada ainda este ano.



O presidente, em exercício, Ulysses Guimarães, assistiu (foto) a missa pelo Dia Nacional de Ação de Graças celebrada, no Santuário de Dom Bosco, pelo arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão. Acompanhado dos ministros da Justiça, Paulo Brossard, da Marinha, Henrique Sabota, da Educação, Hugo Napoleão, do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e do secretário-geral do Itamarati, Flecha de Lima, o deputado Ulysses Guimarães ouviu do celebrante pedido para que "os representantes do povo, eleitos à Assembleia Nacional Constituinte, se mostrem dignos do mandato recebido e capazes de elaborar uma Constituição soberana, baseada na justiça e na paz e voltada para o bem comum de todos os brasileiros. Sob um forte esquema de segurança, seguiu direto para sua residência.

## Grupo de Richa propõe redução dos mandatos

Após examinar as disposições gerais e transitórias do Cabral III, o Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), decidiu apresentar emenda antecipando para 31 de dezembro de 1968 o término do mandato do presidente Sarney, que pelo texto da Comissão de Sistematização se encerrará em 15 de março de 1969. Da mesma forma, os mandatos dos atuais governadores devem terminar, de acordo com o grupo, no dia 31 de dezembro de 1990, e não no dia 15 de março de 1991, e o dos prefeitos no dia 31 de dezembro de 1988, e não no dia 1º de janeiro de 1989.



José Richa

A justificativa do grupo para fixar em 31 de dezembro o término de todos os mandatos é a de que assim os governadores, os prefeitos e até mesmo o presidente da República ficam impedidos de nos últimos meses ou até mesmo na última semana de gestão comprometerem o orçamento todo, deixando para os sucessores um ano perdido. Com a nova data, os titulares do Executivo assumiriam seus cargos contando com um orçamento íntegro.

Ainda no ato das disposições gerais e transitórias, o grupo resolveu apresentar emendas sobre os seguintes assuntos:

**ELEIÇÃO DO GOVERNADOR DO DF** — Será realizada junto com a eleição para presidente da República. Fica suprimida, portanto, a data do pleito, marcada no Cabral III para o dia 15 de novembro de 1968.

**SERVIDORES PÚBLICOS** — O grupo quer suprimir norma segundo a qual são estáveis os atuais servidores que contem pelo menos cinco anos de serviço, e estabelecer que nenhuma efetivação ocorrerá sem concurso. Os atuais servidores, pela emenda que será apresentada, terão que prestar concurso externo, e se houver igualdade de condições na classificação, terá preferência sobre o concursado que não trabalhava na administração aquele que já atuava no serviço público há cinco anos.

**CARTÓRIOS** — Emenda suprimirá dispositivo que assegura aos substitutos das serventias judiciais, notariais e registras, na vacância, o direito de acesso a titular, desde que legalmente investidos na função na data da instalação da Constituinte.

**ANALFABETISMO** — O grupo quer suprimir artigo segundo o qual o Poder Público destinará recursos e desenvolverá esforços,

com a mobilização de todos os setores ativos organizados da sociedade brasileira, para garantir a eliminação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental. O entendimento dos constituintes liderados por Richa é de que este artigo não passa de uma declaração de intenções.

**IMPACTO AMBIENTAL** — Emenda suprimirá norma pela qual as obras e atividades em curso na data da promulgação da Constituição, potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, estarão livres da exigência de um estudo de impacto ambiental.

**PLANTANDO DE DROGAS** — O grupo apresentará emenda ao artigo que prevê a imediata expropriação sem qualquer indenização das glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas. A emenda estabelecerá que a expropriação ocorrerá se comprovada a má-fé e a intenção dolosa do proprietário. Isto porque pode ocorrer, por exemplo, de um meirinho plantar maconha em seu pedaço de terra sem o conhecimento do proprietário.

Algumas emendas, em outros capítulos, serão apresentadas isoladamente por integrantes do grupo. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) quer estabelecer que o direito à vida é assegurado desde a concepção, e o senador Virgílio Távora (PDS-CE) vai propor a extinção do Conselho Nacional de Justiça, destinado a controlar a atividade administrativa e o desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público.

## Corações

MEENDES RIBEIRO Especial para o CORREIO

Nada é mais importante do que a liberdade. Nam a vida, sem ela, tem sentido.

Sempre, jornalista, guardo, do Instituto do Coração, em São Paulo, recordações penosas. Horas de trabalho. Dias de angústia. Noites de insuperáveis emoções. Exemplos tristíssimos de que, para seus semelhantes, os homens valem pelo que podem dar ou representam. E lições. A primeira e fundamental: viver. O depois não nos pertence. Nem sabemos, pensem, se foi escrito no livro da vida pelo insuperavelmente sábio autor do primeiro e último amanhecer.

Tancredo morreu lá. Macarini fez o roteiro com maior felicidade. Wilson Campos, nos Estados Unidos, buscou sobrevivência.

Covas, dizem, ganhou coração novo. João Herrmann segue às voltas com o seu. Ulysses, passa bem. O risco da operação está afastado.

Guardo as notícias no isolamento de minhas lembranças e convicções. As tensões são denominadas comuns na corrida macabra rumo ao socorro urgente. Médicos e auxiliares dos serviços de saúde da Câmara e do Senado quadruplicaram seu trabalho. Dois constituintes morreram.

Com o choque dos interesses imediatistas e o dilúvio de críticas nem sempre alinhadas pelo conhecimento ou boa intenção, a tarefa, por vezes, parece maior do que as forças de alguns de boa-fé e capazes, que há de estar por aqui, não lhes parece?

A carreira pública, porém, é assim. Hoje, a glória. Amanhã, a vaia. Agora, o repúdio. Depois, a consagração. Quem não mereça com ir-e-vir do barco, os altos e baixos das ondas, sobrevive. Caso contrário, se estressa. Adoece. Ou morre.

No contexto figura o maior palco do mundo. Cada ator é obrigado, pela exigência da platéia,

frustradíssima por espetáculos anteriores, a dar o máximo dos máximos. Além das forças e do talento.

Palavra por palavra. Gesto por gesto. Movimento por movimento. Tudo é cobrado. O segundo seguinte julgado com tanta severidade que, o anterior nada vale. Não conta, se o mínimo equivocado é cometido.

A impressão é que os acertos e os erros são nivelados. Assistentes, porque não são atores, carregam a disposição de pedir mais pressa, quando a história tem marcação lenta. Ou pausa, no instante exato em que a perfeição recomenda acelerar os diálogos.

As reflexões chegam quando, a meu juízo, há decisões magníficas por louvar. O resultado até aqui é bom. O texto tem menos defeitos do que o de 1946, julgado o melhor ao longo da nossa atribulada vida democrática.

E, após as peneiradas no plenário, vai nascer no tempo certo, não a obra de arte exigida pelos perfeccionistas, sentados na cômoda posição de espectadores. Porém, certamente, o diploma atual e realista sonhado pelos brasileiros. Merecido por nosso País.

Por tudo, passo ao largo pelas manchetes contendo a contrariedade de alguns militares. As retaliações presidenciais. As convulsões costumeiras ao desgoverno. E, como não poderia deixar de ser, catilnárias contra os políticos, vaticinando sobre a terra governável.

Não há outro rumo para chegar onde queremos. Somente os prepotentes encontram impossíveis os tempos de transição entre as trevas e a luz. Amordaçados, estamos aprendendo a falar. Atrofiados, tropeçamos nos primeiros passos. Dizimadas as lideranças, outras amadurecerão. Há que esperar.

Um só compromisso, a liberdade. Por ela, vale a pena. Sem ela, os corações seriam totalmente inúteis.

O autor é deputado constituinte pelo PMDB do Rio Grande do Sul